

reforma agrária, para que se produzam alimentos, gere trabalho, dignidade.

Então eu fiquei feliz, Suplicy, com essa nossa visita, eu acho que ela foi exitosa. A ministra deve proferir o voto dela no mês de agosto e em uma semana os demais ministros vão também dar o seu voto.

A gente espera que em agosto, então, essa lei seja suspensa, mas até lá o Governo poderia suspender e esperar a decisão do Supremo, mas não, eles estão acelerando. Dez processos já foram publicados, tem outros 132 fazendeiros pedindo, se crendenciando para regularizar.

É bom que a gente sabe, a gente fica sabendo quem são esses grileiros, quais são as propriedades que eles grilaram, porque se eles estão pedindo para negociar é porque não têm documentos dessas terras, ou seja, o que prova que invadiram.

É uma boa informação para o Incra, para a Justiça poder atuar depois. Mas o ideal é que fosse suspenso, se aguardasse a posição do Supremo e aí sim, com a decisão do Supremo, toca-se a lei ou ela é revogada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, deputado Simão Pedro. Seguindo a lista de oradores, o próximo orador é o deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.)

Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.)

Deputado Leonardo Siqueira. (Pausa.) Deputada Beth Sahão. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputada Fabiana Barroso. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, deputado Reis, que preside hoje esta sessão. Boa tarde, deputado Suplicy, deputado Simão Pedro, que também se encontram aqui, todos os trabalhadores e trabalhadoras desta Casa e pessoas que nos acompanham aqui, na galeria, e, também, pela Rede Alesp.

Eu vim dizer, Sr. Presidente, que hoje é um dia muito importante para a história do nosso País. Hoje, curiosamente, dia 22, é o dia em que começou no TSE, foi suspenso, retomado, será retomado no próximo dia 27, terça-feira, o julgamento que pode tomar o ex-presidente Jair Bolsonaro inelegível, veja só.

Inelegível por duas razões. Por abuso de poder político, já que ele organizou uma reunião com embaixadores para questionar as urnas eletrônicas, para questionar o sistema de funcionamento eleitoral do nosso País. O segundo fato que pode torná-lo inelegível é ter se utilizado de meios de comunicação oficiais, que são a TV Brasil, da EBC, para transmissão dessa reunião.

O Bolsonaro não escondeu, em momento algum, essa reunião com os embaixadores, assim como não escondeu, em momento algum, o seu papelão de questionar as urnas eletrônicas, o sistema eleitoral no nosso País.

Eu falo que esse é um papelão. Porque ninguém que se preze a disputar uma eleição, nenhum dos parlamentares desta Casa, nenhum dos parlamentares de outros lugares, governadores, chefes do Poder Executivo, não importa, ninguém que se dispõe a disputar uma eleição, ninguém que ocupa um cargo eletivo pode ou deve questionar o sistema eleitoral.

Isso que o presidente Jair Bolsonaro fez, que é um dos seus crimes, é uma das razões que podem torná-lo inelegível. Porque muitos outros processos ainda virão. Esse fato fez com que, infelizmente, a sua base ficasse cada vez mais atidaça para questionar, de forma duríssima, o que é o processo eleitoral no Brasil.

Não à toa, o que nós vimos, depois de anunciado o resultado eleitoral, foi pessoas, poucas, mas pessoas se achando no direito de fechar rodovias para questionar o resultado eleitoral.

O que nós vimos, depois da posse, uma posse belíssima, que eu tive a alegria de estar presente, no dia 1º de janeiro, em Brasília, do presidente Lula, nós vimos, no dia 8 de janeiro, uma tentativa de ataque à democracia. Quando pessoas invadiram, depredaram, destruíram o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional, achando que assim poderiam ver revertido o resultado eleitoral, um resultado legítimo.

Assim como, durante as investigações, com a prisão do Anderson Torres, nós vimos também uma minuta golpista na casa do ex-ministro. Fato esse que pode também ser inserido nessa investigação do TSE.

Então eu repito: esse caso, que está sendo julgado agora, é um dos casos que podem tornar Bolsonaro inelegível. Mas, se a gente vir a justiça, de fato, sendo feita no nosso País, nós veremos muitos outros processos na conta dele.

O processo do genocídio que ele promoveu contra o nosso povo, com as mais de 700 mil mortes que aconteceram pela pandemia da Covid-19, quando ele insistia em dizer que era só uma gripezinha, e se recusava a negociar vacina. Nós veremos também um processo contra o genocídio ianomâni.

Porque, o que aconteceu lá, quando a gente viu o povo ianomâni agonizando, quando o presidente Lula assumiu a presidência e foi lá fiscalizar, crianças passando mal, doenças, uma série de doenças, passando fome, desnutrição.

Uma série de fatores que foram completamente menosprezados pelo governo anterior. Nós veremos também o caso das joias, que até então não tem nenhuma explicação. As joias da Arábia Saudita, que chegaram aqui, que ninguém sabe direito como chegou, como vai sair.

Nós veremos também que um presidente da República não pode, de forma alguma, no seu lugar de presidente, no seu lugar de candidato, no seu lugar de pré-candidato, seja lá o que for, questionar a democracia no Brasil. Ninguém tem esse direito. E ele também não tinha o direito de aticar os seus seguidores a fazerem isso.

Então eu espero que esse seja só o começo. O começo do que nós precisamos ver, que é Bolsonaro se tornar inelegível. Se tudo der certo, Bolsonaro também vai para a cadeia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Entrando na lista suplementar. Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Thomé Abduch. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Deputados, Sr. Presidente deputado Reis, deputados e deputadas, de volta à tribuna, no dia de hoje

Sr. Presidente, o secretário da Educação, Renato Feder, veio aqui recentemente, na Assembleia Legislativa. Eu questioneiei o secretário sobre o não pagamento do adicional de local de exercício para todos os profissionais da Educação. Ele disse que faria o pagamento.

Mas, até agora, nada, Sr. Presidente. A Secretaria da Educação deu um verdadeiro golpe nos servidores da Educação, publicando, recentemente, um decreto, dizendo que o reajuste desse auxílio seria feito só no ano que vem. Ou seja, adiando o reajuste que seria feito, por lei, agora, no ano de 2023, adiando para 2024.

Olha só o absurdo. Nós denunciamos. Imediatamente, o governo recuou, revogou o seu próprio decreto. Mas não pagou o ALE. Não pagou, nem sem o reajuste, nem com o reajuste. E os servidores estão preocupados, porque esse valor já deveria ter sido pago há muito tempo.

Não há desculpa; o governo poderia já ter editado um outro decreto para fazer o pagamento correto, e com o reajuste, como determina a legislação. Inclusive, não é só isso que nós

estamos exigindo - o pagamento imediato do ALE -, mas também que haja o aumento do valor, porque o valor é muito baixo, e que ele seja estendido a todas as escolas da rede estadual.

E mais: que o valor pago aos servidores do quadro de apoio escolar, aos agentes de organização escolar - o QAE, o QSE -, seja o mesmo valor ofertado aos demais servidores da Educação: professores, diretores. Porque eles estão também na mesma escola, na mesma situação. Aliás, eles ficam mais tempo na escola do que os próprios professores. Então, não é justo que eles recebam menos, como vem acontecendo até agora.

Então, o governo tem que pagar em caráter de extrema urgência, numa folha suplementar. Agora, imediatamente, o governo tem que aumentar o valor, reajustar o valor do ALE.

E o governo tem que corrigir esse valor dos agentes de organização escolar, dos secretários de escolas, dos auxiliares de serviços, que estão todos, primeiro, com os salários defasados. Esse setor do funcionalismo público recebe, talvez, o pior salário do funcionalismo público estadual. Nós já denunciamos isso exaustivamente e solicitamos que o governo faça a correção.

Então, é isso que nós estamos exigindo, Sr. Presidente: que o governo pague o ALE, o auxílio de local de exercício. E ele pode fazer isso a qualquer momento; basta ele emitir uma folha suplementar salarial.

Não pode mais deixar os profissionais da Educação esperando; o ALE está regulamentado por lei. O governo tentou dar um golpe, e não deu certo. O golpe do ALE foi interceptado; nós denunciamos. Eu apresentei, inclusive, um PDL para revogar o decreto que congelava o valor do ALE.

O governo recuou imediatamente, percebeu a pressão, não só minha, mas também de outros parlamentares e das entidades representativas dos servidores da Educação. O governo recuou, revogou o decreto, mas não publicou um novo decreto para pagar corretamente, com reajuste, o ALE.

Lembrando: a nossa luta é para que todas as escolas recebam o ALE, porque tem várias contradições, Sr. Presidente. Tem escola, em bairros, que recebe, mas tem uma escola vizinha, que faz divisa com o muro, e essa outra escola não recebe.

Então, não tem um critério estabelecido, um critério justo. E todas elas precisam, porque hoje a violência contra as escolas é uma violência que permeia... Eu falo que é quase um tema transversal, que atravessa todas as escolas do nosso Estado, do nosso País.

Então, esse também é um dos motivos que levam a categoria a reivindicar que todos devem ter acesso ao ALE, com reajuste, até porque os salários são baixos. Seria até uma forma de compensar os baixíssimos salários, Sr. Presidente.

Lembrando que o estado de São Paulo, que é o estado mais rico da América Latina, é também o estado que tem um dos piores salários para os servidores da Educação e para amplos setores do funcionalismo público.

Então, secretário da Educação, governo Tarcísio: paguem o ALE em caráter de extrema urgência e com reajuste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem. Seguindo aqui, o próximo orador é o deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente, deputado Reis, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu gostaria de reforçar o relato feito pelo deputado Simão Pedro da visita que fizemos, nesta última terça-feira, à ministra do Supremo Tribunal Federal Cármem Lúcia, juntamente com o ministro da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, o nosso querido deputado Paulo Teixeira, hoje ministro.

Tivemos ali um diálogo muito produtivo, onde Simão Pedro, Paulo Teixeira e outros, inclusive representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, disseram o quão importante é que possa ser o quanto antes tomada a decisão sobre a inadequação, a inconstitucionalidade dessa lei que está sendo considerada pelo governador Tarcísio, que significa uma verdadeira reforma agrária às avessas. Então, caro Simão Pedro, acho que no seu pronunciamento houve uma síntese muito bem-feita dos fatos.

Eu espero que a ministra Cármen Lúcia, que nos disse que será importante construir uma solução adequada que possa ser aprovada pela maioria dos ministros... Ela está se movimentando e colocando as suas energias para que haja a aprovação dessa decisão.

Ela considera que essa lei é inconstitucional, mas que, até agosto, teremos a solução para esse caso. Cumprimento o caro colega Simão Pedro pelo sucesso desse nosso encontro.

Quero ressaltar, mais uma vez, a visita que o presidente Lula fez ao papa Francisco junto com a Janja, sua esposa. Pelas fotos que hoje aparecem nos jornais, houve uma grande afinidade do papa Francisco com o presidente Lula, inclusive com respeito aos objetivos de colaborar para que haja efetivo término da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Ele ponderou argumentos, junto com o papa Francisco, da urgência de se terminar com essa matança e destruição proporcionada pela guerra, que não faz mais sentido algum para toda a humanidade.

Assim, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Próximo orador, deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente desta sessão, deputado Reis, queria agradecer ao deputado Suplicy pelas palavras gentis quando se referiu à nossa participação lá numa reunião, na audiência no Supremo Tribunal Federal sobre as terras devolutas.

Sr. Presidente, eu me inscrevo novamente para falar neste Pequeno Expediente para fazer um protesto. Embora seja um tema federal, está afetando todo mundo - nos afeta, afeta os trabalhadores, afeta a classe média, afeta a produção – que é essa decisão do Conselho Monetário do Banco Central, chamado Copom, que ontem se reuniu.

Havia uma grande expectativa de que o Copom anunciaria uma queda da taxa de juros básicos da nossa economia e, para nossa surpresa, o Copom resolveu manter, pelo sétimo mês seguido, a taxa da Selic no patamar de 13,75 por cento. Essa taxa de juros é pornográfica, como a gente já falou. É a maior taxa de juros do mundo, e está inviabilizando o crescimento da nossa economia, o desenvolvimento do nosso País.

O Banco Central e o seu presidente, nomeado pelo presidente Bolsonaro, naquela armadilha que fizeram contra o povo brasileiro, contra a Nação brasileira, que foi criar essa tal de independência do Banco Central, para que um presidente fique quatro anos com mandato fixo, inclusive adentrando no mandato do presidente novo, que é avaliado o seu programa, é eleito, e não pode pôr em prática o seu programa de governo, porque há uma sabotagem do Banco Central, que está ali a serviço da especulação financeira, dos rentistas, que atrasa o desenvolvimento do nosso País.

Nós temos um contingente de desempregados sem carteira assinada, trabalhando informalmente, ou aqueles que não conseguem um emprego, muito grande e muito alto ainda, na casa de quase dez por cento.

A nossa indústria não consegue crescer. Nossa economia cresceu um pouquinho agora no primeiro trimestre por conta do setor do agronegócio, por conta das exportações. Agora, nosso turismo não cresce, o nosso serviço não cresce.

Principalmente a nossa indústria que não cresce. Ao contrário, está diminuindo, por conta dessa política do Banco Central, a serviço da especulação, dos especuladores, dos que ganham sem trabalhar, sem produzir.

Ganham especulando nas bolsas, ganham especulando comprando títulos, e o povão perde, além de tudo, quando o Brasil não cresce, não dá oportunidades para os jovens, para os desempregados. O povão cresce porque as suas finanças são comidas pelas taxas de juros.

Quando você faz um crediário, à prestação, os juros estão lá em cima. Juros do cartão de crédito, juros bancários. Tudo isso é influência da taxa Selic, e não tem sentido, porque a inflação está sob controle. Nós temos uma taxa de desemprego muito alta, mas a economia está estabilizada.

O governo federal, desde dezembro, antes do Lula tomar posse, quando aprovou a PEC da transição, garantindo recursos para o Bolsa Família, garantindo mais dez milhões para a Educação, recursos para a Saúde... Quando agora o Congresso, a Câmara dos Deputados, o Senado já aprovou o tal de arca-bouque fiscal, para garantir controle nos gastos do governo, no que que vai aumentar de gastos, de investimento, e assim por diante.

Ou seja, o Brasil voltou a dialogar com o mundo inteiro. Como prova, hoje a visita do presidente Lula na Itália, conversando com a primeira-ministra, com o presidente, como o Lula já fez aqui na América do Sul. Já foi para os Estados Unidos, já foi para a China.

Ou seja, o Brasil precisa crescer, porque o Brasil ficou estagnado esse tempo inteiro, e tem essa sabotagem desse Copom, desse presidente que eu nem vou falar o nome dele aqui, que é um sabotador da nossa economia. É um sabotador da nossa Nação.

Então, eu quero, sim, como as centrais sindicais já fizeram, assim como a Fiesp, assim como o setor da construção civil, assim como todo setor produtivo tem feito, protestando contra essa decisão, e eu espero que os senadores possam, a partir de hoje, avaliar o impeachment desse presidente. Porque ele tem obrigações de, além de segurar inflação, diminuir a taxa de emprego. São obrigações que constam nessa tal da independência.

Então, ele pode sim sofrer um impeachment por sabotar a economia brasileira, por sabotar o crescimento econômico, por sabotar a Nação brasileira a serviço de poucos especuladores. A gente espera que o Senado tome uma providência o mais rápido possível.

Muito obrigado.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - Sr. Presidente, queria pedir o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de V. Exa., mas, antes de fazer o levantamento, eu quero fazer aqui uma saudação ao Sindicato dos Policiais Cívís de Santos, que completou nesta semana 34 anos. Trinta e quatro anos defendendo as carreiras policiais do estado de São Paulo e, principalmente, os policiais da região da Baixada Santista.

Então, meus parabéns ao Sinpolsan, Sindicato dos Policiais Cívís de Santos.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Tenham todos uma boa tarde.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 55 minutos.

23 DE JUNHO DE 2023 66ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: CARLOS GIANNAZI, REIS e EDUARDO SUPLICY</p>

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - REIS
Assume a Presidência.
4 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - PRESIDENTE REIS
Tece comentários acerca da comemoração do aniversário de 82 anos do deputado Eduardo Suplicy.
7 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - CAPITÃO TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
10 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - REIS
Assume a Presidência
12 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
14 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
15 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
16 - EDUARDO SUPLICY
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
17 - EDUARDO SUPLICY
Assume a Presidência.
18 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
19 - REIS
Para comunicação, faz pronunciamento.
20 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY
Endossa o pronunciamento do deputado Reis.
21 - PRESIDENTE REIS
Assume a Presidência. Informa que fará prestação de contas referente aos cem dias de mandato nesta casa, às 18 horas.
22 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
23 - EDUARDO SUPLICY
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
24 - REIS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 26/06, à hora regimental, sem Ordem do dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Com a palavra

o deputado Enio Tatto. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Com a palavra a deputada Solange Freitas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rui Alves. (Pausa.) Com a palavra o deputado Caio França. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Reis, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Gostaria de cumprimentar o presidente Carlos Giannazi, o deputado Suplicy, todos os funcionários desta Casa, o público presente, os integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp. Eu trago, hoje, vários temas, presidente. Eu acho que nós vamos fazer o Pequeno Expediente e o Grande Expediente, porque tem muita coisa para falar, né?

Bom, primeiro a insatisfação, já que chegou a mim, de vários servidores da Polícia Civil, por conta do projeto que foi protocolado pelo governo, o 102, que traz 6% de aumento para todos os funcionários públicos, que a Polícia Penal - conforme V. Exa. inclusive participou da inauguração da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Penal...

Então, nós temos aqui a Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Civil, a Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Penal, entre outras frentes, porque essas duas estão bem conectadas com a questão da Polícia Civil e da Polícia Penal.

Eu até falei, ontem, do passa-moleque que o governo deu nos policiais penais, porque há muito tempo ele vem nesse "enrolatórios", né? Cada dia uma história, cada dia uma coisa.

E mandou um projeto que não o das polícias que estão no guarda-chuva da Secretaria da Segurança Pública que não foram contempladas, diz que vai mandar um projeto de subsídio, diz que tem que regulamentá-los para poder ter esse projeto de subsídio.

Colocou-os também no mesmo pacote dos 6%, com a promessa de que, até o dia 15 de agosto, virá esse novo projeto da Polícia Penal, mas, no projeto 102, eles reajustaram o vale-alimentação da Polícia Militar - que bom que eles fizeram isso, aumentando de 199 Ufesp para 228 Ufesp. Isso vai trazer um benefício para os policiais militares, que têm um salário de até 7.800 reais, cerca de 7.800 reais, mas a Polícia Civil ficou de fora.

Para a Polícia Civil, continua congelado em 147 Ufesp, que hoje atinge até quem ganha cerca de 5.036 reais, e, a partir do momento em que se aplicar o aumento que foi dado, eles vão sair dessa lógica de ter esse vale-alimentação.

Eu reclamei para o Xerife do Consumidor, conversei com ele hoje sobre essa questão. Ele me passou a informação de que o governo vai reajustar o vale-alimentação da Polícia Civil e de outras categorias por decreto, mas que a Polícia Militar tinha que estar contida nessa lei, porque é uma situação posterior à questão dos demais funcionários.

Estou falando isso porque já há uma gritaria aí fora, uma gritaria de tratamento desigual. Como vem em texto de lei, por que não se colocou no texto de lei que contemplasse então todos os demais funcionários?

Então, já há uma gritaria, porque a partir do momento em que se lê o texto e se vê que a Polícia Civil não está contemplada, mas tão somente a Polícia Militar, acaba-se reforçando aquela tese minha de que a Secretaria de Segurança Pública não é mais uma Secretaria de Segurança Pública, e sim uma Secretaria de Polícia Militar, e a Polícia Civil tem apenas um "puxadinho". Se a gente for lá, está lá o Dr. Nico, que é o secretário adjunto, o secretário executivo. Está lá em um anexo do gabinete do secretário.

Então, a gente não quer rotular a Secretaria de Segurança Pública como uma Secretaria de Polícia Militar, senão vamos ter que criar a Secretaria da Polícia Civil, Sr. Presidente. Se vale para eles, vale para nós. Não dá para ter esse tratamento desigual, não dá para tratar um lado de um jeito, os integrantes de uma polícia, e os outros de outro modo, de outra forma.

Então, queremos tratamento igual, queremos respeito, queremos ser respeitados e queremos que a Secretaria de Segurança Pública seja de Segurança de fato, que cuide de todas as questões, para que não haja essa insatisfação.

Houve já uma insatisfação quando foi aprovado o PLC 75, que deu um tratamento desigual entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, e agora nesse projeto também vem essa questão do reajuste do vale-alimentação, que, quando se fala por decreto, a gente não sabe quando; quando se aprova a lei aqui, a gente sabe que vai produzir a partir do momento da sua sanção, e como a própria lei diz que o pagamento é para agosto...

Todo o projeto de lei diz que o primeiro pagamento é só para agosto, porque é a contar de 1º de julho, então tudo que é a contar de 1º de julho só se recebe em agosto. Então, mesmo o 102, que trata desses seis por cento, para que todos saibam: não vai começar a gastar dinheiro, sair fazendo certos gastos, não vai ficar frequentando baladas, porque o primeiro pagamento é só para agosto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando seqüência à lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra, a deputada Leci Brandão. (Pausa.)

Gostaria de chamar o deputado Reis para continuar presidindo a sessão, para que eu possa fazer o uso da tribuna.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Assumindo a Presidência. O próximo orador é o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, deputado Suplicy, deputado Conte Lopes, telespectador da TV Assembleia, hoje tem início no Supremo Tribunal Federal o julgamento, a retomada, na verdade, do julgamento de algumas Adins, de algumas Ações Diretas de Inconstitucionalidade referentes à nossa luta contra o confisco das aposentadorias e pensões.

Refiro-me à Adin nº 7.026, que é uma Adin que trata da revogação, que questiona uma lei estadual de Santa Catarina, como a nossa, que foi aprovada aqui, confiscando as aposentadorias dos servidores e servidoras daquele estado.

Depois, tem outro bloco com três outras Adins questionando a constitucionalidade do Art. 149 da Emenda Constitucional nº 103, aquela Emenda nº 103 que o Bolsonaro aprovou autorizando o confisco de aposentadorias e pensões contra os servidores públicos de todo o Brasil, para os municípios, para os estados e para o próprio governo federal, para os servidores da União.

Então essas três Adins, a nº 6.254, a nº 6.255 e a nº 6.256, são Adins que questionam a constitucionalidade desse Art. 149. Hoje nós temos já no Congresso Nacional uma PEC sendo trabalhada pela deputada federal aqui de São Paulo, a professora e supervisora de ensino Luciane Cavalcante, para revogar esse famigerado, perverso e cruel artigo da Emenda nº 103, que é a verdadeira causa de todos os confiscos que estão ocorrendo no Brasil dos aposentados e pensionistas municipais e estaduais.

Então começou hoje e é muito importante que os aposentados, pensionistas, que os servidores de ativa participem dessa luta enviando mensagens aos ministros do Supremo Tribunal Federal, pedindo a eles que votem favoravelmente a essas Adins para derrubar o confisco das aposentadorias e pensões, para impedir que prefeitos e governadores confiscuem, assaltem e roubem as aposentadorias de quem já contribuiu com seu regime previdenciário, com seu instituto de previdência, de pessoas que já deram a sua contribuição, já deram as suas vidas inclusive para o serviço público brasileiro.